

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (REBP) mantém sua trajetória de acolher temas relevantes, mas nem sempre presentes em outros periódicos, bem como o respeito à diversidade de proposições e teorias desde que os artigos tenham as qualidades acadêmicas requeridas.

Neste número, Elisabeth Caldeira Villela examina, no primeiro artigo, a situação do professores que vivem o processo de mudança do trabalho docente em face das condições características da atual sociedade, que interferem no trabalho docente e conduzem a dúvidas e questionamentos. Lembra que, mesmo se constituindo questão amplamente debatida, a mudança educativa não é simples, pois o trabalho docente mais se intensifica quando assume novos requisitos ligados às condições, à natureza e à organização.

A temática de Lenir Maristela Silva é o ensino de Botânica em cursos de graduação, propondo que o professor inclua a identificação de problemas da prática social, o que viabilizaria uma ressignificação dessa disciplina científica ao aproximá-lo do vivido pelos estudantes.

"Aprendizagem e normalidade" é objeto das reflexões de Maria Luísa Bissoto, para quem as deficiências cognitivas e afetivas dos estudantes não permitem concluir que eles se encontrem afastados da ordem. Assim, ela considera factível desenvolver práticas socioeducativas que façam daqueles alunos sujeitos de sua educação.

José Misael Ferreira do Vale propõe que recorramos à poesia para melhor ensinar História e Geografia. Ilustra sua proposta com um poema de Rodrigues de Abreu ("Bauru, uma cidade do interior de São Paulo"). Por essa via, os alunos podem ressignificar a temática usual daquelas disciplinas.

Os artigos de Silva, Bissoto e do Vale coincidem em um aspecto: a preocupação com a transposição de conceitos considerando a situação social dos alunos, ou seja, pela ressignificação dos conceitos das disciplinas escolares.

Texto e contexto, a instituição de significados, também é tratado por Sofia Lerche Vieira em seu estudo a respeito da educação nas constituições brasileiras desde 1824. A autora considera que as constituições são a expressão de desejos de reforma, que instituíram a educação como um valor sem que isso tenha conduzido ao que ela denomina "cidadania plena".

Miriam de Oliveira Santos, em "Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20", mostra que a ascensão na carreira militar do Exército passou, na época investigada, a requerer a formação em Escolas para Oficiais, as quais tiveram um papel decisivo na constituição de uma certa ideologia militar que domina os horizontes dos militares brasileiros.

A "Cooperação internacional para o planejamento da educação brasileira: aspectos teóricos e históricos", de Elisângela Alves da Silva Scaff, expõe a relevante influência das agências internacionais na realização do planejamento da educação no Brasil tendo por base de apoio dois programas instituídos no Centro-Oeste do País.

Os recursos financeiros do Estado a serem aplicados na educação escolar são determinados em Constituições e leis ordinárias e auditados pelos Tribunais de Contas. Nicholas Davies apresenta o resultado de sua investigação a respeito do que ocorreu no Tribunal de Contas de Mato Grosso: as disparidades entre o estabelecido na Constituição daquele Estado e os procedimentos do Tribunal, resultando no desvio de centenas de milhões de reais que deveriam ser investidos em educação, sem que nisso tenha sido considerado o não cumprimento dos dispositivos legais. É provável que o mesmo ocorra em outros Estados da União, o que, no entanto, não pode ser sustentado sem um exame tão cuidadoso quanto o realizado pelo autor do artigo.

Carlos Antonio Ferreira Monteiro examina o princípio constitucional "gestão democrática" no ensino estatal, que não se efetiva porque as alterações estruturais requeridas estão longe de ocorrer, daí a insuficiência de participação da comunidade escolar e a manutenção do poder em sua forma não democrática.

Esperamos que esses trabalhos estimulem tanto a continuidade das investigações quanto um debate com os autores, uma vez que o conhecimento confiável só pode emergir de um diálogo hostil-amistoso entre os especialistas.

Comitê Editorial